Simulado Final

TJ RJ

Analista Judiciário
Execução de mandados
Pós-Edital

Simulado

TJ-RJ Analista Judiciário – Execução de Mandados – Pós edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

1 – Este provão conta com questões focadas no concurso do TJ-RJ;

*2 – A prova contém **60 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;*

3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos do TJ-RJ.

4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;

*5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;*

6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;

7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Analista-Judiciário-27-11-2021

01 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	31 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
02 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	32 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
03 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	33 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
04 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	34 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
05 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	35 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
06 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	36 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
07 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	37 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
08 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	38 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
09 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	39 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
10 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	40 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
11 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	41 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
12 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	42 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
13 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	43 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
14 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	44 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
15 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	45 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
16 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	46 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
17 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	47 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
18 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	48 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
19 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	49 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
20 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	50 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
21 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	51 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
22 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	52 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
23 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	53 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
24 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	54 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
25 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	55 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
26 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	56 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
27 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	57 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
28 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	58 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
29 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	59 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ
30 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ	60 – Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ

LÍNGUA PORTUGUESA

Adriana Figueiredo / Patrícia

Texto 1A1-I

Há quem desdenhe das imagens e das representações visuais. Há quem alegue que elas não passam de "ilustrações" que simplesmente decoram e alegram os ambientes, os jornais, as paredes das casas e dos museus – seriam inocentes. Há quem também alegue, ainda, que elas são apenas ingênuas e não levam a nada. Há quem goste e quem desgoste; quem as ache imprescindíveis ou totalmente desnecessárias. Da minha parte, sou dessas pessoas que vivem tomadas pela potência das imagens e pelo poder que elas têm de revelar e criar valores, ideias, concepções de mundo. Por isso não raro viram, elas mesmas, a própria realidade.

É esse o poder reflexivo das imagens e das obras visuais, pois ao reproduzir um contexto elas acabam, ao fim e ao cabo, por criá-lo. Transformam-se em parte constitutiva da imaginação. Muitas vezes lembramos, ou achamos que lembramos de um evento a partir e por causa de uma imagem guardada num canto da memória. A independência do Brasil, por exemplo. Costumamos recordar esse episódio – tão constitutivo do nosso sentido de nacionalidade – a partir de uma tela. A obra de Pedro Américo, chamada "O brado do Ipiranga", foi feita anos depois do episódio e entregue a d. Pedro II, que a comissionou, no dia 14 de julho de 1888. A tela seria apresentada ao público apenas em 1889, momento em que d. Pedro II pretendia afirmar a força do sistema imperial, a partir da exposição da figura recuperada do pai. Porém, e como sabemos, esse seria o ano final da monarquia, e a vida da bela paisagem patriótica parecia consagrada ao fracasso.

Tanto que o quadro acabou embrulhado em uma sala da Faculdade de Direito, e assim permaneceu até os idos de 1895, quando foi finalmente inaugurado no museu do Ipiranga, onde hoje se encontra. E se na época ele nem ao menos foi mostrado ao público, com o tempo foi ganhando importância e recepção, convertendo-se na imagem oficial do episódio e alavancando o protagonismo de São Paulo, quando, de fato, a emancipação se deu na então capital: a corte do Rio de Janeiro.

E hoje em dia é só dessa maneira que "lembramos" da independência, da projeção de Américo que virou realidade. A partir de uma pintura; por meio de imagens. É possível dizer, a partir desse exemplo emblemático, e de tantos outros, que nossa imaginação histórica é feita a partir de imaginários alheios; das construções visuais feitas por outras pessoas com seus interesses, contextos e especificidades. É imbuída dessa reflexão que me volto para um evento recente. O Brasil enfrenta uma das maiores crises econômicas de sua história, as taxas de desemprego estão elevadíssimas, a desigualdade aumentou e a fome voltou, mas o centro histórico de São Paulo ganhou no dia 16 de novembro um touro dourado. A Bolsa de Valores brasileira resolveu inaugurar em sua calçada essa escultura, no mínimo cafona, para simbolizar a "força do mercado financeiro e do povo brasileiro", numa atitude no mínimo colonial. Para dizer pouco.

Lilia Schwarcz (Disponível em < https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2021/O-Brasil-do-%E2%80%98touro-dourado%E2%80%99-a-p%C3%A1tria-do-ac%C3%BAmulo-de-bens?position-home=1> Adaptado)

01. Infere-se do texto que a visão da autora:

a) se restringe ao campo estético, em especial à pintura.

b) refere-se apenas a um ponto de vista sobre representações.

c) é envolta em uma reflexão sobre a representação e os sentidos produzidos por imagens.

d) se relaciona à política, mas não pode se estender à atualidade.

e) não permite uma reflexão sobre a sociedade.

02. A alternativa abaixo que apresenta o pronome "que" com a mesma função em "que a comissionou" (2º parágrafo) é:

a) *que elas não passam de "ilustrações"* (1º parágrafo)

b) *que lembramos de um evento* (2º parágrafo)

c) *que o quadro acabou embrulhado* (3º parágrafo)

d) *que nossa imaginação histórica é feita a partir de imaginários alheios*. (4º parágrafo)

e) *que virou realidade*. (4º parágrafo)

03. O uso ao longo de todo o texto de pronomes pessoais na 1ª pessoa do plural tem o objetivo de

a) distanciar a autora, de forma a construir um texto impessoal.

b) aproximar a autora do leitor.

c) apresentar as impressões da autora.

d) divergir da realidade atual.

e) informar o leitor sobre a decisão da autora.

04. No trecho "Porém, e como sabemos, esse seria o ano final da monarquia." (3º parágrafo), sem comprometer a correção gramatical e o sentido do texto, é possível a substituição de "porém" por

a) mesmo assim

b) ainda.

c) porque

d) logo

e) portanto

05. O último parágrafo traz a real intenção da autora, que é

a) refletir como a memória das pessoas é construída e, a partir dela, a História se desenrola.

b) criticar a postura das instituições brasileiras (Império e Bolsa de Valores) frente ao imaginário social.

c) permitir que o leitor faça a comparação entre a Independência do Brasil e a imagem do touro.

d) instigar a reflexão da sociedade atual brasileira, com base em uma lembrança imagética cultural.

e) a partir de uma reflexão sobre construções imagéticas, trazer a sua insatisfação quanto a um fato ocorrido.

06. Os travessões empregados no trecho "Costumamos recordar esse episódio – tão constitutivo do nosso sentido de nacionalidade – a partir de uma tela." (2º parágrafo) têm a finalidade de

a) marcar oposição.

b) dar sequência às ações.

c) explicar um fato.

d) esclarecer causa e consequência.

e) apresentar conformidade de ideias.

Texto 1A2-I

Nupemec realiza oficina para pais separados na próxima sexta (26/11)

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), oferece, na próxima sexta-feira (26/11), mais uma edição da Oficina de Parentalidade. Dessa vez, o evento será realizado on-line, através da plataforma Microsoft Teams, a partir das 10h.

O objetivo da oficina é reunir casais que se separaram e possuem ações na Justiça do Rio para conversarem, através da mediação - um método de solução de conflitos, com uma abordagem pedagógica e reflexiva sobre o exercício da parentalidade de forma cooperativa, com base no diálogo e na proteção dos filhos. Estarão presentes na oficina as instrutoras Márcia Quaresma e Luíza Calmom.

Juízes de varas de família de todas as comarcas podem encaminhar processos cujos temas sejam relação parental e cuidados com os filhos.

Disponível em < http://www.tjrj.jus.br/web/guest/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/5111210/36616752>

07. De acordo com o texto, A Oficina de Parentalidade

a) tem o objetivo de conscientizar e intermediar os processos de separação de família com filhos.

b) encoraja o diálogo entre pais e filhos.

c) mostra o bom trabalho de Juízes para famílias que estão em processo de separação.

d) apresenta finalidade diversa daquela realizada pelo Nupemec.

e) não levará em conta a mediação como forma de solução de conflitos entre casais em processo de separação.

08. O texto apresenta características que permitem classificá-lo como:

a) informativo.

b) descritivo.

c) dissertativo-expositivo.

d) injuntivo.

e) dissertativo-argumentativo

09. O trecho "através da plataforma Microsoft Teams" em "Dessa vez, o evento será realizado on-line, através da plataforma Microsoft Teams, a partir das 10h." (1º parágrafo) exerce a mesma função sintática da palavra ou expressão sublinhada em:

a) O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), oferece;

b) O objetivo da oficina é reunir casais;

c) através da mediação - um método de solução de conflitos;

d) possuem ações na Justiça do Rio para conversarem;

e) cujos temas sejam relação parental e cuidados com os filhos.

10. A oração "*o evento será realizado on-line, através da plataforma Microsoft Teams, a partir das 10h.*" (1º parágrafo) estabelece, quanto ao trecho anterior, uma relação de

a) tempo.

b) consequência.

c) concessão.

d) conformidade.

e) explicação.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Marcos Girão

11. Conforme a lei nº 6.956, que dispõe sobre a organização do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, responda a alternativa correta.

a) O Tribunal Pleno, órgão máximo da estrutura do Tribunal de Justiça, constituído por todos os Desembargadores, tem sua competência definida na Constituição da República, na Constituição do Estado e no seu Regimento, podendo autoconvocar-se para deliberar sobre matérias que entenda estratégicas para a organização e o funcionamento do Poder Judiciário.

b) O Tribunal Pleno é competente para eleger 02 Desembargadores e 02 Juízes de Direito, e seus respectivos suplentes, para integrarem o Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

c) O quórum mínimo para instalação do Tribunal Pleno será de 120 Desembargadores, isto é 2/3 dos cargos existentes.

d Os Desembargadores integrantes do Conselho da Magistratura permanecerão no desempenho da função judicante, e, ainda quando afastados do respectivo exercício, poderão exercer as funções do Conselho.

e) O Juiz de Direto não poderá atuar por 04 anos em funções de auxílio à Administração.

Superior do Tribunal de Justiça.

12. Conforme a lei nº 6.956, que dispõe sobre a organização do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, responda a alternativa incorreta:

a) Não haverá expediente nos órgãos do Poder Judiciário aos sábados e domingos.

b) Por motivo de ordem pública, o Presidente do Tribunal de Justiça poderá decretar o fechamento de fórum ou de qualquer dependência do serviço judiciário, bem como encerrar o expediente respectivo antes da hora legal.

c) Os colaboradores voluntários da infância e da juventude serão designados pelo Corregedor-Geral da Justiça, sem ônus ao erário.

d) Compete aos Juízes de Direito em matéria empresarial processar e julgar falências, recuperações judiciais e os processos que, por força de lei, devam ter curso no juízo da falência ou da recuperação judicial.

e) Haverá 01 juiz de paz e 02 suplentes em cada distrito e subdistrito das Comarcas do Interior e em cada área de atuação dos Serviços do Registro Civil na Comarca da Capital.

13. Sobre a lei nº 4.620 de 2005, marque a alternativa incorreta abaixo:

I. O regime disciplinar do serventuário do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro estende-se ao servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão.

II. A chefia de serventia judicial de primeira instância é função de confiança de livre indicação do magistrado titular, dentre os ocupantes de cargo de Analista Judiciário ou Técnico de Atividade Judiciária, sem especialidade, comprovadamente capacitados para a função e que não tenham desabonadoras em sua folha funcional, na forma de Resolução a ser estabelecida pelo Conselho da Magistratura.

III. Os requisitos de escolaridade para ingresso nas carreiras do Quadro Único, atendidas, quando for o caso, formação especializada e experiência profissional definidas em Regulamento e especificadas nos editais de concurso, são os seguintes: para a carreira de Técnico de Atividade Judiciária, apenas é aceito o diploma de nível médio completo.

IV. O desenvolvimento do serventuário nas carreiras de que trata esta Lei ocorrerá entre os padrões remuneratórios, a cada 03 (três) anos, mediante promoção ou progressão funcional.

V. O provimento dos cargos em comissão, de direção, chefia e assessoramento, será reservado no máximo oitenta por cento, exclusivamente, para os serventuários ativos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Estão incorretos os itens:

a) I e II

b) I, II e III

c) III e IV

d) III e V

e) III, IV e V.

NOÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ricardo Torques

14. A pessoa com deficiência não pode:

a) se casar.

b) adotar criança menos de 12 anos.

c) ser obrigada a fruir de qualquer benefício decorrente de ação afirmativa.

d) decidir sobre o número de filhos.

e) se esterilizar.

15. As frotas de empresas de táxi devem contar com ao menos:

a) 1% dos seus veículos acessíveis a pessoas com deficiência.

b) 2% dos seus veículos acessíveis a pessoas com deficiência.

c) 3% dos seus veículos acessíveis a pessoas com deficiência.

d) 5% dos seus veículos acessíveis a pessoas com deficiência.

e) 10% dos seus veículos acessíveis a pessoas com deficiência.

16. A avaliação biopsicossocial da deficiência NÃO irá considerar:

a) a limitação no desempenho de atividades.

b) a ancestralidade genética.

c) a restrição de participação.

d) os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais.

e) os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Thállius Moraes

17. Acerca dos conceitos de Ética e Moral, assinale a alternativa correta.

a) A Ética, que se situa no campo de reflexão acerca das atividades dos seres humanos, é encarregada de levar os valores morais a serem fundamentados e exercitados no contexto das relações humanas.

b) Os conceitos de ética e moral, que são sinônimos, estão relacionados a noções de certo e errado dentro do contexto das relações humanas.

c) Os princípios éticos não podem ser utilizados como norte interpretativo das leis e da Constituição.

d) A cultura não representa um dos elementos que formam a moral de uma sociedade.

e) A moral é atemporal e universal, de modo que é dissociada dos valores locais de determinada grupo social.

18. Conforme as regras elencadas na Lei 12.846/13, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, assinale a alternativa correta.

a) As sociedades controladoras, controladas ou coligadas serão subsidiariamente responsáveis pela prática dos atos previstos na lei anticorrupção, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

b) No âmbito do Poder Executivo federal, a Advocacia-Geral da União é o órgão competente para a celebração de acordos de leniência com as pessoas jurídicas infratoras.

c) Um dos requisitos para a celebração do acordo de leniência é que a pessoa jurídica cesse completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data da celebração do acordo.

d) A lei anticorrupção aplica-se às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado.

e) A celebração de acordo de leniência com a pessoa jurídica causadora do dano irá isentá-la integralmente das penas previstas na Lei 12.846/13, inclusive do dever de reparar o dano causado.

19. De acordo com o Provimento CGJ 32/2021, que trata do Código de Ética e Conduta dos Servidores e Colaboradores da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, analise os próximos itens

I - Informar ao superior hierárquico quando identificar situações de risco relacionadas a fraude e/ou corrupção.

II - Compartilhar senhas e formas de acesso aos sistemas eletrônicos, disponibilizados para o desempenho das atividades.

III - Apresentar-se ao trabalho com vestimentas adequadas ao exercício do cargo ou função.

São padrões de conduta que devem ser seguidos pelos destinatários desse Código, sem prejuízo da observância dos demais deveres, proibições legais e regulamentares, apenas o disposto em:

a) I, II e III.

b) I e II.

c) I e III.

d) II e III.

e) I.

20. Acerca da improbidade administrativa, assinale a alternativa correta:

a) Em caso de ato de improbidade administrativa que cause prejuízo ao erário, a exigência do integral ressarcimento do dano encontra-se condicionada a existência de dolo na conduta do agente causador do dano.

b) Qualquer pessoa, devidamente identificada, poderá propor ação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

c) Na ação de improbidade administrativa é vedada a transação, acordo ou conciliação.

d) A aplicação das sanções previstas na lei de improbidade administrativa, no caso de atos que importem em enriquecimento ilícito, dependem da rejeição, pelo respectivo tribunal de contas, das contas do servidor indiciado.

e) A transitoriedade do exercício da função pública não é fator que impossibilita a aplicação das regras relacionadas a improbidade administrativa.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Thállius Moraes

21. A respeito da organização da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

a) A Administração Direta é composta por entidades dotadas de personalidade jurídica própria, enquanto a Administração Indireta é constituída de órgãos públicos.

b) As autarquias, entidades da Administração Indireta criadas por meio de lei, derivam de um processo de desconcentração administrativa.

c) Ocorre a descentralização administrativa quando os Estados e Municípios desempenham atividas que não sejam de competência da União.

d) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público, criadas diretamente por lei, cuja aquisição da personalidade jurídica ocorre independentemente de registro em cartório.

e) A Administração Direta é composta pelas autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

22. O poder de polícia é aquele poder que possibilita que a Administração Pública restrinja o exercício de liberdades individuais e o uso, gozo e disposição da propriedade privada, sempre na busca do interesse público. Como o poder de polícia deriva da supremacia estatal, ele não pode ser delegado em sua integralidade a particulares e a pessoas jurídicas de direito privado.

Assinale a alternativa que contém as fases do poder de polícia que poderão ser delegadas a particulares e a pessoas jurídicas de direito privado.

a) Ordem e Consentimento.

b) Consentimento e Fiscalização.

c) Ordem e Fiscalização.

d) Consentimento e Sanção.

e) Ordem e Sanção.

23. Com relação aos atos administrativos, considere os seguintes itens.

I- A presunção de legitimidade e veracidade, autoexecutoriedade, tipicidade e imperatividade são os requisitos de validade dos atos administrativos.

II- Ocorre a caducidade quando um ato administrativo é extinto em razão de uma lei superveniente impedir a manutenção do ato que era inicialmente válido.

III- A revogação ocorre quando um ato administrativo válido é extinto por motivos de oportunidade e conveniência, com efeito *ex tunc.*

Está correto apenas o disposto em:

a) I, II e III.

b) II e III.

c) apenas II.

d) Apenas III.

e) Nenhuma das assertivas.

24. Quanto às espécies de atos administrativos, assinale a alternativa que apresente apenas atos enunciativos.

a) Atestado, licença e parecer.

b) Certidão, atestado e autorização.

c) Portaria, circula e ordem de serviço.

d) Licença, autorização e memorando.

e) Parecer, certidão e apostila.

25. De acordo com a Lei nº 8.666/93, para a contratação de obras e serviços de engenharia no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), a modalidade licitatória apropriada é o

a) convite.

b) concurso.

c) tomada de preço.

d) concorrência.

e) pregão.

26. A respeito do controle da administração, assinale a alternativa correta.

a) Em relação ao órgão que exerce, as espécies de controle podem ser classificadas em controle administrativo, reformador ou judicial.

b) Por meio do controle judicial dos atos administrativos, o Poder Judiciário poderá apreciar tanto o aspecto de legalidade quanto o de mérito administrativo.

c) O controle da administração pode ser classificado, em razão da amplitude, como controle prévio, concomitante e posterior.

d) O controle interno sempre diz respeito aos atos de natureza administrativa.

e) Um exemplo de controle hierárquico é a supervisão ministerial exercida sobre uma fundação pública.

Gabarito: D

Comentários: a) Errado, o controle também pode ser legislativo (e não reformador). O controle administrativo é exercido pela própria administração pública, mediante controle interno ou autotutela; o controle legislativo é exercido pelo Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas e, por fim, o judicial é exercido pelo Poder Judiciário, mediante provocação.

b) Errado, o controle exercido pelo Poder Judiciário tem de se ater a aspectos de legalidade do ato, não cabendo a análise judicial do mérito administrativo.

c) Errado, essa classificação é quanto ao momento em que o controle é realizado. A classificação quanto à amplitude se divide em controle hierárquico e controle finalístico.

d) Certo, o controle interno é aquele que a Administração realiza sobre seus próprios atos, quando no desempenho da sua função administrativa.

e) Errado, a supervisão ministerial é um exemplo de controle finalístico e é realizado entre a administração Direta e Indireta, não possuindo hierarquia ou subordinação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

27. Considere apenas as informações fornecidas abaixo:

I. Adriane, a fim de obter a expedição do seu diploma pela instituição particular de ensino superior na qual se formou, pretende impetrar Mandado de Segurança, uma vez que não há qualquer impedimento para a referida expedição e a instituição de ensino nega-se a expedi-lo.

II. A Associação dos cachorros do pêlo curto, criada e em funcionamento há seis meses, para proteger direito líquido e certo de seus integrantes, deseja impetrar Mandado de Segurança em face de determinada autoridade pública.

III. A Ordem dos Advogados do Brasil deseja impetrar Mandado de Segurança em defesa dos interesses dos advogados, em face de autoridade pública, para proteger determinado direito líquido e certo.

De acordo com a Constituição Federal, o Mandado de Segurança poderá ser impetrado

a) por Adriane, na modalidade individual e, na modalidade coletiva, apenas pela Ordem dos Advogados do Brasil.

b) apenas pela Ordem dos Advogados do Brasil, na modalidade coletiva, mas não poderá sê-lo por Adriane.

c) Pela Associação dos cachorros do pêlo curto e pela Ordem dos Advogados do Brasil na modalidade coletiva, mas não poderá sê-lo por Adriane.

d) por Adriane, na modalidade individual, e pela Associação dos cachorros do pêlo curto e pela Ordem dos Advogados do Brasil na modalidade coletiva.

e) apenas pela Associação dos cachorros do pêlo curto na modalidade coletiva, mas não poderá sê-lo por Adriane.

28. Acerca dos direitos políticos, assinale o item correto:

a) Marcio, filho do atual governador do estado do Rio de Janeiro, pretende ser candidato a reeleição em seu cargo atual, prefeito da cidade de Teresópolis. Nessa situação, o grau de parentesco com seu pai nada impede que Marcio concorra ao cargo pretendido.

b) O militar que seja alistável, será elegível com a condição de que, caso conte com mais de dez anos de serviço, seja afastado da atividade.

c) As hipóteses de inelegibilidade constam de rol taxativo, não podendo o legislador infraconstitucional dispor sobre outras hipóteses.

d) Instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude, o mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de vinte dias contados da diplomação.

e) A ação de impugnação de mandato tramitará, excepcionalmente, em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

29. Referentes aos partidos políticos, assinale a alternativa correta:

a) independentemente de qualquer requisito os partidos receberão recursos do fundo partidário e terão acesso gratuito ao rádio e televisão.

b) Partido político poderá receber recursos financeiros de governo estrangeiro.

c) Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica mediante o registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

d) Os partidos políticos dependem de autorização do Congresso Nacional para estruturar seu funcionamento.

e) Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado.

30. Assinale a opção correta, considerando as normas da CF relativas ao Poder Judiciário.

a) As decisões administrativas dos tribunais deverão ser proferidas em sessões reservadas, como regra.

b) A promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento é medida obrigatória.

c) Compete ao Poder Judiciário fixar a remuneração de seus servidores, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

d) Cabe ao STJ processar e julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal nos crimes comuns e de responsabilidade.

e) São órgãos do Poder Judiciário os tribunais de justiça dos estados e os conselhos de justiça dos municípios.

31. Sobre as funções essenciais à justiça na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pode-se afirmar que:

a) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

b) o Ministério Público da União é compreendido pelo Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, e o Ministério Público Eleitoral.

c) A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

d) O Procurador-Geral da República é escolhido pelo Presidente da República dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

e) Aos membros do Ministério Público é assegurada estabilidade após 3 anos de exercício.

32. A respeito das atribuições do Presidente da República, assinale a alternativa correta:

a) É competência do Presidente da República decretar estado de defesa e estado de sítio, desde que autorizado pelo Congresso Nacional.

b) o Presidente da República pode delegar a atribuição de vetar parcialmente projetos de lei.

c) É competência do Presidente da República extinguir cargo público ocupado, na forma da lei, tratando-se de atribuição indelegável.

d) Compete ao Presidente da República conceder indulto e comutar penas, sempre com audiência, dos órgãos instituídos em lei;

e) Compete ao Presidente da República decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

33. Segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é correto afirmar que:

a) Se, antes de entrar a lei em vigor, correr nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo continua a correr normalmente.

b) A Lei no Brasil entra em vigor, se outra coisa não houver sido estipulada, 30 dias após sua publicação.

c) As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

d) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga ou modifica a lei anterior em razão da repristinação tácita, amplamente aceita no mundo jurídico brasileiro.

e) Somente é obrigatório o cumprimento da Lei quando dela se tem conhecimento.

34. Cláudio, empresário, em razão da má administração de seu patrimônio privado, passou a se utilizar dos bens de sua empresa para quitar dívidas pessoais, o que causou o inadimplemento da empresa. Para fins de garantir o pagamento das dívidas da pessoa jurídica, os credores da empresa de Cláudio poderão, segundo o Código Civil de 2002:

a) Requerer a desconsideração da personalidade jurídica da empresa, para fins de atingir o patrimônio pessoal de Cláudio, sob o argumento de que houve desvio de finalidade.

b) Requerer a desconsideração da personalidade jurídica da empresa, para fins de atingir o patrimônio pessoal de Cláudio, sob o argumento de que houve confusão patrimonial.

c) Requerer a desconsideração da personalidade jurídica da empresa independentemente da comprovação de culpa em razão da aplicação da teoria menor prevista no Código de Defesa do Consumidor.

d) Nada poderão requerer pois a pessoa jurídica, possui personalidade independente da dos sócios e administradores.

e) Requerer a desconsideração da personalidade jurídica da empresa, porém, ficará a cargo do juiz aplicar a teoria maior ou a teoria menor, o qual decidirá com base no grau de culpabilidade de Cláudio.

35. Antônio alugou um de seus apartamentos para André. Alegando estado de miséria, André parou de pagar os aluguéis. Passados dois anos, Antônio tomou conhecimento de que o locatário havia comprado um carro novo. Inconformado, passou a cobrar André, que se negou a pagar alegando que a pretensão de cobrança de Antônio havia prescrito. De acordo com o Código Civil de 2002:

a) André tem razão pois a pretensão de cobrança prescreve em um ano.

b) André tem razão pois a pretensão de cobrança prescreve em dois anos.

c) André não tem razão pois a pretensão de cobrança prescreve em três anos.

d) André não tem razão pois a pretensão de cobrança prescreve em quatro anos.

e) André não tem razão pois a pretensão de cobrança prescreve em cinco anos.

36. Carlos abriu um restaurante no imóvel que locou de Sonia, idosa de 95 anos. O combinado entre as partes era de que o pagamento seria feito em todo dia 10 do mês subsequente ao do último pagamento. Em 03/11/2021, Sonia faleceu e, em 09/11/2021 ainda não havia sido aberto o inventário. Sem saber a quem pagar, Carlos buscou orientação para que não ficasse inadimplente e pudesse permanecer com seu restaurante funcionando. Diante do exposto e segundo o Código Civil de 2002, o locatário poderá pagar por meio de:

a) Pagamento com sub-rogação.

b) Imputação ao pagamento.

c) Consignação em pagamento.

d) Novação da dívida.

e) Compensação do pagamento.

37. Em se tratando dos vícios redibitórios, segundo o Código Civil de 2002 é correto afirmar que:

a) A coisa recebida em virtude de contrato comutativo pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, apenas quando tais vícios a tornem imprópria ao uso a que é destinada.

b) Havendo vício oculto, é facultado ao adquirente a rejeição da coisa ou o abatimento proporcional do preço.

c) O alienante deverá restituir o que recebeu com perdas e danos independentemente do conhecimento ou não acerca do vício oculto.

d) Uma vez que a coisa esteja sob o poder do alienatário, o alienante fica isento de qualquer responsabilidade sobre ela, ainda que ela pereça em razão de vício oculto desconhecido por ambos.

e) O adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de um ano se a coisa for móvel, e de trinta dias se for imóvel, contado da entrega efetiva; se já estava na posse, o prazo conta-se da alienação, reduzido à metade.

38. Sobre as várias espécies de contratos, assinale a alternativa que está em consonância com o Código Civil de 2002:

a) A compra e venda, quando pura, considerar-se-á obrigatória e perfeita, desde que as partes acordarem no objeto e no preço.

b) Pelo contrato estimatório, o consignante entrega bens móveis ao consignatário, que fica autorizado a vendê-los, pagando àquele o preço ajustado, não havendo, porém, a possibilidade de restituição da coisa consignada.

c) É vedada a doação ao absolutamente incapaz sem aceitação de seus pais ou responsáveis legais.

d) Uma vez locado o imóvel, a responsabilidade, inclusive nos casos de perturbação da posse, é do locador.

e) Nos contratos de empreitada a obrigação de fornecer os materiais presume-se do empreiteiro, salvo quando as partes não estipularem o contrário.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

39. Sobre o incidente de resolução de demandas repetitivas, é correto afirmar que:

a) cabe sobre questões de fato.

b) a desistência do processo em que instaurado o incidente prejudica o exame do seu mérito.

c) o Ministério Público deve assumir a titularidade do incidente em caso de abandono do processo pelo requerente.

d) a inadmissão do incidente impede a sua renovação.

e) cabe a admissão de incidente mesmo quando tribunal superior já houver admitido incidente de recursos repetitivos sobre a mesma matéria.

40. Ao despachar a inicial do processo de execução, o juiz já fixa, de plano, honorários advocatícios de dez por cento em desfavor do executado. No entanto, o valor dos honorários será reduzido pela metade caso o executado faça o pagamento do valor integral do débito no prazo de:

a) 1 dia.

b) 3 dias.

c) 5 dias.

d) 10 dias.

e) 15 dias.

41. No cumprimento de sentença, ao contrário do processo de execução, o juiz não fixa honorários advocatícios em desfavor do executado de plano, mas apenas quando o débito não for pago no prazo de pagamento voluntário, que é de:

a) 1 dia, com o acréscimo ainda de multa, de 10%.

b) 3 dias, com o acréscimo ainda de multa, de 10%.

c) 5 dias, com o acréscimo ainda de multa, de 10%.

d) 10 dias, com o acréscimo ainda de multa, de 10%.

e) 15 dias, com o acréscimo ainda de multa, de 10%.

42. O documento feito por oficial público incompetente terá eficácia probatória de documento particular desde que:

a) essa circunstância esteja mencionada no documento.

b) a autoridade competente ratifique o ato.

c) se refira a direito disponível.

d) tenha sido subscrito pelas partes.

e) não prejudique o direito de terceiro.

43. No mandado de segurança, a remessa necessária:

a) sempre se aplica.

b) sempre se aplica no caso de denegação da segurança.

c) sempre se aplica no caso de concessão da segurança.

d) se aplica caso a obrigação reconhecida ultrapasse os patamares previstos no Código de Processo Civil.

e) nunca se aplica.

44. Samanta é advogada de um processo que tramita no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Após julgamento pelo órgão colegiado desfavorável ao seu cliente, Samanta interpôs recurso especial em face da decisão. Um dos Vice-Presidentes do Tribunal de Justiça negou seguimento ao recurso sob o entendimento de que o acórdão recorrido estava de acordo com precedente do Superior Tribunal de Justiça firmado em sede de recurso especial repetitivo. Samanta apresentou o recurso de agravo interno. O órgão competente do Tribunal julgou improcedente o agravo interno. Nesse caso, antes do trânsito em julgado, Samanta:

a) poderá interpor novo agravo interno.

b) poderá interpor recurso ordinário constitucional.

c) poderá interpor agravo em recurso especial.

d) poderá apresentar reclamação perante o Superior Tribunal de Justiça.

e) poderá interpor embargos de divergência.

DIREITO PENAL

Renan Araujo

45. O elemento do conceito analítico de crime que representa a contrariedade da conduta em relação ao ordenamento jurídico é denominado:

a) tipicidade formal

b) antijuridicidade

c) culpabilidade

d) tipicidade material

e) potencial consciência da ilicitude

46. Lucas, estagiário do TJRJ, retardou indevidamente a juntada de uma petição em determinado processo. Lucas assim agiu pois sabia pretendia prejudicar Pedro, seu desafeto, que era uma das partes interessadas no referido processo.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de Lucas configura:

a) prevaricação

b) condescendência criminosa

c) corrupção passiva privilegiada

d) extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento

e) fato atípico, pois não é considerado funcionário público para fins penais

47. Ao preencher determinado formulário em uma repartição pública, José se deparou com algumas perguntas que reputou impertinentes. Revoltado com o referido formulário, decidiu "se vingar" e preencheu vários campos com repostas jocosas, inserindo, assim, informações falsas ao preencher o documento. Após, José entregou o documento preenchido ao servidor e foi embora, rindo consigo mesmo pela brincadeira realizada.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de José configura:

a) crime de falsificação de documento público

b) crime de falsificação de documento particular

c) crime de falsidade ideológica

d) crime de falsa identidade

e) fato atípico

48. Moreira, sabendo que seu filho Enderson estava sendo investigado pela prática do crime de furto de um aparelho celular, compareceu à delegacia de polícia responsável pelas investigações e assumiu, perante o delegado, ter sido ele, Moreira, o autor do furto, mesmo sabendo que o autor do fato era seu filho Enderson.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de Moreira configura:

a) Fato atípico, por ter sido praticado em benefício de descendente de primeiro grau

b) Favorecimento pessoal, com isenção de pena

c) Denunciação caluniosa

d) Autoacusação falsa de crime

e) Comunicação falsa de crime

49. Em determinado processo criminal que tramita perante a 01º Vara Criminal de Niterói-RJ, José, réu pela suposta prática do crime de estelionato, ofereceu a Maria a quantia de R$ 3.000,00 para que esta, na qualidade de testemunha, viesse a prestar afirmação falsa em juízo. Maria aceitou a proposta e, no dia de seu depoimento, efetivamente fez afirmações falsas em Juízo, com vistas a beneficiar José. O Juiz que presidia a instrução, porém, percebeu que as declarações eram falsas e determinou a extração de cópias ao MPRJ, para apuração de suposta prática de crime, bem como proferiu sentença em audiência, condenando José pelo crime de estelionato. A defesa de José interpôs recurso de apelação, ainda pendente de julgamento pela Câmara Criminal do TJRJ.

Nesse caso, é correto afirmar que:

a) José e Maria deverão responder pelo crime de falso testemunho

b) José praticou o crime de corrupção ativa de testemunha e Maria praticou o crime de falso testemunho, ambos majorados de um sexto a um terço

c) José praticou o crime de corrupção ativa de testemunha e Maria praticou o crime de falso testemunho, sem majoração

d) José e Maria não praticaram crime, eis que o depoimento falso foi irrelevante para o deslinde da causa

e) Caso Maria se retrate e declare a verdade antes do julgamento do acórdão, estará extinta sua punibilidade

50. Chay, reincidente, mas portador de circunstâncias judiciais favoráveis, foi condenado pela prática do crime extorsão (art. 158 do CP) a uma pena de 04 anos de reclusão e multa, em razão de ter constrangido Samantha, mediante violência, a transferir para sua conta bancária a quantia de R$ 20.000,00.

Nesse caso, é correto afirmar que poderá ser fixado o regime inicial:

a) aberto, sem possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.

b) aberto, sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.

c) semiaberto, sem possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.

d) semiaberto, sendo possível a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.

e) fechado, por se tratar de reincidente.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

51. Quando a autoridade policial toma conhecimento do fato criminoso por meio de terceiros é a chamada

a) *Delatio criminis*.

b) *Notitia criminis* inqualificada.

c) *Notitia criminis* mediata.

d *Notitia criminis* de cognição coercitiva.

e) *Notitia criminis* imediata.

52. Acerca do acordo de não persecução penal, assinale a alternativa correta.

a) No caso de recusa, por parte do Ministério Público, em propor o acordo de não persecução penal, o investigado poderá requerer o benefício ao magistrado.

b) O Ministério Público poderá propor o acordo de não persecução penal se houver elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional do investigado.

c) Para a aferição da pena mínima cominada ao delito para verificar a possibilidade de propor o acordo de não persecução penal, não serão consideradas as causas de aumento e diminuição da pena aplicáveis ao caso concreto.

d) A celebração e o cumprimento do acordo de não persecução penal constarão de certidão de antecedentes criminais.

e) Não sendo caso de arquivamento, o acordo de não persecução penal será cabível ao crime de peculato, desde que o investigado tenha confessado formal e circunstancialmente a prática do delito.

53. A respeito do juiz, do ministério público, do acusado e defensor, dos assistentes e auxiliares da justiça, é correto afirmar que:

a) A suspeição poderá ser declarada e reconhecida, quando a parte injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la.

b) Não poderá ser realizada a condução coercitiva do acusado para o interrogatório.

c) O corréu no mesmo processo poderá intervir como assistente do Ministério Público.

d) a suspeição será declarada e reconhecida quando a parte injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la.

e) Para os peritos apenas será aplicada a hipótese de suspeição de vedação de ser sócio, acionista ou administrados de sociedade interessada no processo, não se estendendo as demais hipóteses de suspeição aplicada aos juízes.

54. Segundo o Código de Processo penal, o acusado preso será citado

a) através de citação por hora certa.

b) pessoalmente.

c) por meio do diretor do estabelecimento prisional.

d) por meio de citação por edital.

e) através de seu defensor constituído.

55. No que tange ao processo comum, nos termos do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

a) Os processos que apurem a prática de crime hediondo terão prioridade de tramitação em todas as instâncias.

b) Será aplicado o procedimento comum sumário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for inferior ou igual a 4 anos de pena privativa de liberdade.

c) O juiz poderá, diante da complexidade do caso ou do número de acusados, conceder às partes o prazo de 10 dias sucessivamente para a apresentação de memoriais.

d) Na instrução do rito ordinário poderão ser inquiridas até 5 testemunhas arroladas pela acusação e 5 pela defesa. *

e) O juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar sua inimputabilidade.

56. A respeito do procedimento relativo aos processos da competência do tribunal do júri, assinale a alternativa **INCORRETA**.

a) O procedimento será concluído no prazo máximo de 90 dias.

b) Contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária caberá apelação.

c) Nenhum ato será adiado, salvo quando imprescindível à prova faltante, determinando o juiz a condução coercitiva de quem deva comparecer.

d) O desaforamento não poderá ser determinado em razão de comprado excesso de serviço.

e) O juiz poderá dar ao fato definição jurídica diversa da constante da acusação, embora o acusado fique sujeito a pena mais grave.

LEGISLAÇÃO

Emerson Bruno

57. De acordo com o Código de Organização Judiciária do Rio de Janeiro, o Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do estado compõe-se de:

a) 180 Desembargadores.

b) 190 Desembargadores.

c) 120 Desembargadores.

d) 150 Desembargadores.

e) 140 Desembargadores.

58. De acordo com o Código de Organização Judiciária do Rio de Janeiro, o território do Estado, para efeito da administração do Poder Judiciário, divide-se em:

a) Circunscrições Judiciárias, Comarcas, Distritos, Subdistritos e Zonas Eleitorais.

b) Apenas Comarcas, Distritos, Subdistritos Judiciárias.

c) Regiões Judiciárias, Comarcas, Distritos, Subdistritos, Circunscrições e Zonas Judiciárias.

d) Zonas Judiciárias, Comarcas, Distritos Administrativos, Subdistritos e Circunscrições.

e) Distritos, Subdistritos, Circunscrições e Zonas Eleitorais.

59. De acordo com a Resolução nº 03 do Órgão Especial do TJRJ, a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro inclui, EXCETO:

a) Câmaras Julgadoras.

b) Ouvidoria-Geral.

c) Escola da Magistratura.

d) Grupos de Câmaras Cíveis.

e) Fundo Especial do Tribunal de Justiça.

60. De acordo com o Regimento Interno do TJRJ, processar e julgar os Procuradores-Gerais do Estado é uma competência:

a) das Câmaras Criminais do TJRJ.

b) do Tribunal Pleno do TJRJ.

c) dos Grupos de Câmaras Criminais do TJRJ.

d) do Conselho da Magistratura do TJRJ.

e) do Órgão Especial do TJRJ.

Preencha o Gabarito!

https://bit.ly/Simulado-TJ-RJ-Analista-Judiciário-27-11-2021

NÃO É ASSINANTE?

https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

https://bit.ly/Sistemas-de-Questões